

Projetos polêmicos param no Congresso

A uma semana do final da legislatura, deputados e senadores não aparecem para votar e deixam para os que tomarão posse a 1º de fevereiro decisões importantes para o Planalto

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Resta ainda uma semana remunerada de mandato aos parlamentares, mas todas as matérias em pauta estão sem chances de ser votadas até a posse do novo Congresso, em 1º de fevereiro. Projetos polêmicos como a "Lei Rita Camata", que limita em 60% os gastos da União com a folha de pagamento do funcionalismo, terão que aguardar a próxima legislatura. O projeto passou pela Câmara, mas a falta de acordo entre os partidos impediu sua aprovação no Senado. A Mesa da Câmara não conseguiu abrir sessão ontem, porque apenas 36 deputados estavam presentes. Seria necessário um mínimo de 52.

As férias do Congresso deixaram acumuladas para os novos parlamentares nada menos do que 65 medidas provisórias enviadas pelos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No pacote de MPs, a do Plano

Real está para ser votada até hoje, embora a moeda já esteja vigorando no País há sete meses. As mensalidades escolares estão congeladas desde abril passado e a MP que dispõe sobre as regras de conversão para o real não consegue mais que ser reeditada. Deputados e senadores donos do atual mandato, no entanto, estão recebendo, além do salário de janeiro, uma ajuda de custo pela convocação extraordinária para limpar a pauta.

Vários projetos da Câmara e Senado serão arquivados no dia 1º e terão de ser reapresentados na nova Legis-

latura, devido à falta de quórum ou porque foram barrados por interesses pessoais dos congressistas. No segundo caso inclui-se o pedido do governo de São Paulo ao Senado para emitir letras do Tesouro do Estado a fim de liquidar dívidas trabalhistas. A matéria foi incluída na pauta em regime de urgência, mas dependia de parecer do relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), contrário ao pedido.

"O que me parece é que as bases governistas no Congresso estão esperando um pronunciamento do atual governo para traçar uma direção", avaliou o senador Elcio Álvares (PFL-ES), que assume informalmente o papel de líder do governo no Senado. Na sua opinião, "o que não se votou fica para a próxima", porque a possibilidade de quórum durante a semana é mínima.

Na próxima legislatura, a Câmara vai herdar o projeto que concede pensão vitalícia aos ex-presidentes da República — já aprovado no Senado — que vai

garantir a terceira aposentadoria ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Também estarão incluídos na pauta dos futuros deputados o projeto do deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ), fixando o início do ano fiscal em 1º de julho; os projetos do deputado Gastone Righi (PTB-RJ), limitando as taxas de juros reais em 12% e extinguindo a obrigatoriedade de que documentos copiados em xerox tenham firma reconhecida, entre outros. Nestes dois últimos casos, o lobby do sistema financeiro e dos cartórios foram os principais responsáveis pelo entrave dos projetos.

**UM TOTAL DE
65 MEDIDAS
PROVISÓRIAS
AGUARDA
QUÓRUM
PARA
VOTAÇÃO**